



## **Ideologia, Ditadura e Meios de Comunicação<sup>1</sup>**

Clarissa Josgrilberg PEREIRA<sup>2</sup>

Josciana do Nascimento BEZERRA<sup>3</sup>

Milena de Jesus CARDINAL<sup>4</sup>

Sarah GONÇALVES<sup>5</sup>

Maria Alice Campagnoli OTRE<sup>6</sup>

UNIGRAN- Centro Universitário da Grande Dourados

### **RESUMO**

Objetiva-se com o presente artigo, além de discutir filosoficamente o conceito de ideologia, mostrar que, durante a ditadura Vargas e a ditadura militar, a ideologia predominante foi imposta a toda a população, por meio do controle absoluto de todas as formas de poder. A ideologia do sistema mantinha a detenção do poder e dificultava o recebimento das informações que não faziam referências consideradas positivas ao Estado. Relata-se neste estudo, casos de repressão, censura e tortura a fim de que seja dada visibilidade tanto aos danos causados por essas práticas quanto aos sofridos pelos jornalistas que tentaram quebrar a barreira da omissão das informações. Noemi Ferrigolo (2005) e Gilberto Cotrim (1997) estão entre os que constituem a base teórica deste artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia; Ditadura; Filosofia; Censura.

### **1. Ideologia, Filosofia e o discurso político**

De acordo com informações encontradas no site Wikipédia, a palavra ideologia foi criada pelo filósofo Desdutt de Tracy para designar a ciência das idéias. Foi com Napoleão Bonaparte, ex-imperador da França, que a palavra ganhou um significado pejorativo de deformadores da realidade. Hoje, devido a influências de Karl Marx, o termo passou a designar “os sistemas de idéias que elaboram uma ‘compreensão da realidade’ para ocultar ou dissimular o domínio de um grupo social sobre outro.” (COTRIM, 1997, p.57).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT – Teorias da Comunicação, do Iniciacom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste.

<sup>2</sup> Estudante do 3º semestre de Comunicação Social- Jornalismo da UNIGRAN, email: clarissa\_jpereira@hotmail.com

<sup>3</sup> Estudante do 3º semestre de Comunicação Social- Jornalismo da UNIGRAN, email: josciana\_nb@hotmail.com

<sup>4</sup> Estudante do 3º semestre de Comunicação Social- Jornalismo da UNIGRAN, email: mizinha\_cardinal@hotmail.com

<sup>5</sup> Estudante do 3º semestre de Comunicação Social- Jornalismo da UNIGRAN, email: sarah-linda@hotmail.com

<sup>6</sup> Graduada em jornalismo pela Universidade de Marília, Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Marketing e Tecnológica em Produção Publicitária da UNIGRAN.



No entanto, de acordo com a visão de Pizzotti (2005, p.2), o poder exercido pela ideologia dominante em nossas vidas nos torna indivíduos acríticos e receptores passivos. As idéias que traduzem os objetivos principais dos grupos dominantes são camufladas por quem está no poder, para garantir privilégios particulares, e são transmitidas pelos meios de comunicação. Nesse sentido, o autor afirma que:

ideologias transformam-se, às vezes, em senso comum de indivíduos e grupos, que também se servem dos mecanismos de alienação dos meios de comunicação de massas. Os meios, a mídia, por sua vez, muitas vezes, movidos por jogos de poder e para garantir a manutenção de privilégios, acabam abrindo mão do bom senso, ou melhor dizendo, do senso crítico, da liberdade e até mesmo da consciência (PIZZOTTI, 2005, p.2).

Cotrim (1997. p.61) mostra que para fugir da massificação e impedir que tornemo-nos adeptos ou participantes da corrente ideológica vigente, faz-se preciso olhar criticamente o que está à nossa volta. É necessário, portanto, que, ao analisar a ideologia dominante em um grupo ou em um país, faça-se a imprescindível fundamentação filosófica, pois é essa a ciência que não permite uma visão lacunar, mas, ao contrário, proporciona meios para uma percepção dinâmica e aberta de toda a realidade. É nesse sentido que Cotrim explica “como uma atividade dinâmica, contínua e não petrificada na arrogância de uma perfeição definitiva, a filosofia nos ajuda a desmascarar o discurso ideológico, interessado em preservar e justificar determinado *status quo*” (COTRIM, 1997, p.61).

O poder político, juntamente com o econômico e ideológico, são instrumentos de poder de grande relevância usados na dominação das pessoas. Esses três fatores, juntos, contribuem

para instituir e manter sociedades desiguais divididas em fortes e fracas, com base no poder político; em ricos e pobres, com base no poder econômico; em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores (BOBBIO *apud* COTRIM, 1997, p.230).

As relações políticas podem pender para um esquema aberto, designado democracia, ou para um esquema fechado, chamado de ditadura. Ambos têm o intuito de evitar os choques entre as classes sociais e as divergências de opiniões, pois a ideologia faz com que aceitemos como bem comum aquilo que importa apenas a



interesses particulares. No entanto, o sistema ditatorial demonstra explicitamente o domínio ideológico sobre as pessoas, pois faz uso da censura e da tortura.

Cotrim (1997, p.230) afirma que para garantir que a ideologia seja usada por quem possui um dos três tipos de poderes – político, econômico e ideológico -, de modo eficiente, é necessário que as diferenças de classes sociais sejam bem definidas, pois, dessa forma, haverá sempre alguém em nível superior para exercer, sobre os demais, o poder de dominação. Conforme diz Marilena Chauí, “a lógica ideológica só pode manter-se pela ocultação de sua gênese, isto é, a divisão social das classes, pois sendo missão das ideologias dissimular a existência dessa divisão, uma ideologia que revelasse sua própria origem se auto-destruiria.” (CHAUI *apud* COTRIM, 1997, p.58).

## **2. Ditadura da Era Vargas**

José Moura (1991, p.59) diz que desde a década de 30, o Brasil já possuía algumas características de um regime repressor. No entanto, foi em 1937 que a ditadura entrou em vigor, após Getúlio Dorneles Vargas dar o golpe de estado.

O período caracterizou-se pelo poder centralizado do executivo e pela fragilização do judiciário, bem como pela monopolização das informações. O Estado Novo foi o nome designado para o período republicano em que Vargas esteve no controle. Conforme assegura Noemi Ferrigolo,

por ironia, ou eufemismo, esse período recebe não a denominação de ‘Ditadura’ mas de ‘Estado Novo’ em cuja Carta Política as maiores preocupações foram fortalecer o Poder Executivo; possibilita-lo intervir na elaboração das leis; reduzir o papel do Parlamento Nacional; reformar o processo representativo tanto no Parlamento quanto no Executivo; conferir ao Estado a função de orientador e coordenador da economia nacional (FERRIGOLO, 2005, p.80)

Segundo Moura (1991, p.69), Vargas só conseguiu manter-se no poder porque possuía o apoio dos cafeicultores, dos donos de indústria e das oligarquias, além de que a promessa de industrialização de seu país fazia parte de seus discursos. O presidente só conseguiu cumprir sua promessa porque se manteve neutro enquanto iniciavam os conflitos entre Estados Unidos e Alemanha. No entanto, essa passividade não durou muito tempo, o que fez com que Vargas perdesse a centralização do poder, pois uma



parte da elite defendia a idéia de que se o Brasil lutava junto com os outros países, unidos pela liberdade, por que não lutar pela liberdade nacional?

O autor (1991, p72) afirma que em outubro de 1945 um golpe que derrubou Getulio Vargas, encerrando a ditadura, instaurando-se a Constituição de 1946, que vigorou durante a presidência de Gaspar Dutra, a qual garantia, entre outros pontos, o direito à igualdade e à liberdade. Por votos diretos, em 1951, Vargas volta ao poder, permanecendo somente até 1954, quando se suicidou. Acredita-se que um dos principais motivos do suicídio deveu-se ao fato de o presidente ter sido aconselhado a deixar seu cargo, em decorrência de uma crise interna gerada após terem descoberto que um membro de sua guarda pessoal estava ligado ao atentado cometido contra Carlos Lacerda, jornalista de oposição ao governo. Porém, o período de liberdade e igualdade, das eleições diretas, durou apenas dez anos. Em 1964 ocorreu o Golpe Militar.

### **3. Ditadura Militar**

Em março de 1964, acontece no Brasil um golpe de estado, que submeteu o país à ditadura militar, que durou até o ano de 1985. No início, várias pessoas que apoiavam o movimento

consideram-no um movimento político de duplo escopo, surgido do temor do expansionismo comunista (Chamado *perigo vermelho*) e do desejo de desenvolvimento nacional, que administrou o país através de uma ditadura e que, por um lado, teria impedido a implantação de um regime totalitário de esquerda e, por outro, seria responsável pelo Brasil ter se tornado uma das maiores economias do mundo, embora, aos custos da contração de uma grande dívida externa (GOLPE, [s/d], p.1).

Para manter o domínio, os militares criaram os Atos Institucionais para legitimizar e legalizar suas ações políticas, além de conquistarem poderes que não eram garantidos pelas constituições; esse mecanismo substituiu a constituição de 1946. De 1964 até 1969 foram decretados 17 atos institucionais, sendo o mais ferrenho deles o AI-5, que proibia qualquer manifestação de natureza política.

Golpe forte contra a liberdade da palavra veio o Ato Institucional n. 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, cujo texto é de autoria de Gama e Silva, ministro da justiça. Documento característico do arbítrio, classificado de antilei pelo jornalista Pedro Dantas, além de estabelecer cassações de



direitos políticos e de mandatos legislativos, outorgou ao presidente da República a iniciativa de impor a censura à imprensa (JORGE, 1989, p.101).

O regime militar foi caracterizado por grandes repressões, atos violentos, controle das informações disponibilizadas à população, controle de manifestações artísticas e vistoriação das universidades, entre outros. Nesse sentido, Noemi Ferrigolo esclarece que

a mídia brasileira sofreu duros golpes com o sistema de governo implantado em 1964. A Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa (5.250/67) foram dois instrumentos usados para tolher a liberdade de movimentação necessária à circulação das informações. [...] com o silêncio dos órgãos de comunicação, ou o comprometimento obsequioso com o governo, a população ficava alheia aos acontecimentos reais, vácuo de enormes conseqüências na vida do brasileiro, porque um governo que não presta contas, não tem controle externo, julga-se e age como se fosse auto-suficiente, centralizado e autoritário. Nesse compasso transcorreram vinte longos e penosos anos de regime ditatorial (FERRIGOLO, 2005, p.88).

Pizzoti, (2005, p.1), afirma que a ideologia influencia na disputa de poder e na aquisição de privilégios, pois ela garante que a realidade seja analisada pelo senso comum e pela alienação. É devido à censura de expressão que, no período ditatorial, o sistema ideológico de alienação é explícito.

#### **4. Ideologia da Ditadura**

Moura (1991, p.69) mostra que durante a constituição do Estado Novo, alguns grupos sociais, como cafeicultores, industriais e oligarcas, tinham seus interesses respeitados pelo presidente Getúlio Vargas. Foi por não ir contra àqueles que possuíam poder econômico, por aceitar as idéias deles e uni-las às suas que Vargas conseguiu manter-se no poder. Para o autor, durante esse período, a sociedade não ficava totalmente a par dos acontecimentos que se passavam no país e no mundo. Os danos causados à imprensa e, conseqüentemente, à população receptora teve início na Era Vargas, a partir do Decreto 1.915, do dia 27 de dezembro de 1939, quando o presidente criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para difundir a ideologia do Estado Novo à população.



O órgão funcionava sob o comando de Lourival Fontes, que dirigia o programa de radiodifusão do governo, fazia censura ao teatro, cinema e esporte, e controlava as propagandas veiculadas, tanto no interior quanto no exterior, conforme explicado na seguinte afirmação: “a função de censor de todas as manifestações culturais do Brasil, lhe davam superpoderes. O DIP então, passou a ser o controlador do pensamento da população brasileira” (DEPARTAMENTO, [s/d], p.1).

Fernando Jorge (1989, p.90) mostra que em 1944 saem as diretrizes da censura do Estado Novo, que proibiam qualquer divulgação sobre o governo que não fosse ato oficial, tais como divulgação de fotos ou notícias sem consulta ao departamento, matérias sobre o movimento dos portos, sobre a Guerra e a vinda de soldados norte-americanos ao Brasil. Tudo era vetado, até mesmo os discursos da filha do presidente, Alzira Vargas.

Destaca Jorge (1989, p.91) que nesse período, a ideologia predominante afetava diretamente o direito à informação do cidadão brasileiro e a censura fazia com que a sociedade ficasse alienada em relação ao que acontecia ao seu redor. Ainda segundo o autor, a partir de 1940, o departamento impediu o registro de 346 revistas e 420 jornais.

Alguns anos depois, a tão sonhada liberdade de expressão seria, enfim, alcançada, conforme esclarece Navarro ([s/d], p.2): “em 1945, com a vitória das democracias sobre o nazismo na Segunda Guerra Mundial, a ditadura de Vargas perde sua sustentação política. Vargas é deposto e o país inicia um período democrático” (NAVARRO, [s/d], p.2). No entanto, esse período democrático não durou muito tempo, pois em 1964 instaura-se a Ditadura Militar.

No ano de 1969, após a criação do AI-5, assume o presidente Emílio Garrastazu Médici. É nesse período que crescem as censuras aos jornais, revistas, livros e músicas. Quaisquer publicações que fizessem menção ao governo, à política, à economia e ao militarismo, entre outros assuntos, eram proibidos, censurados. Professores, jornalistas e artistas são investigados e, em muitos casos, presos, torturados ou exilados.

Jornalistas que tentavam trazer à sociedade informações sobre o que se passava no Brasil eram alvo da Ditadura Militar. Essas atrocidades eram cometidas para estabelecer o terror entre os adversários do regime, conforme explica Fernando Jorge:

Vejamos agora, em ordem cronológica, um levantamento de nossa autoria, a relação de alguns jornalistas mortos sob tortura, ou fuzilados, ou desaparecidos, após o golpe militar de 1964. Relação incompleta, acreditamos, porém de seca e alta eloquência: **1970-Governo Médici**: Mário de Souza Vieira,



morto sob tortura em 16 de janeiro, no Rio de Janeiro. Joaquim Câmara Ferreira, morto sob tortura no dia 26 de outubro em São Paulo. **1971-Governo Médici:** Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto sob tortura no dia 20 de julho, em São Paulo. **1972-Governo Médici:** Ruy Oswaldo Aguiar Pfitzeureuter, fuzilado no dia 16 de abril em São Paulo. Carlos Nicolau Danielli, morto sob tortura no dia 30 de dezembro em São Paulo. **1973-Governo Médici:** Maurício Grabois, desaparecido em 25 de dezembro na região do Araguaia. **1974-Governo Geisel:** David da Costa, desaparecido em 16 de março, no trajeto do Rio Grande do Sul para São Paulo Luiz Ignácio Maranhão Filho, desaparecido no dia 3 de abril, em São Paulo. Walter de Souza Ribeiro, desaparecido no dia 12 de abril, em São Paulo. **1975-Governo Geisel:** Hiram de Lima Perreira, desaparecido no dia 15 de janeiro, em São Paulo. Jayme Amorim Miranda, desaparecido no dia 4 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Orlando Rosa Bonfim Júnior, desaparecido em 8 de outubro, no Rio de Janeiro. Vladimir Herzog, morto sob tortura no dia 25 de outubro, em São Paulo. **1976-Governo Geisel:** Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, fuzilado no dia 16 de dezembro em São Paulo. **1978-Governo Geisel:** Norberto Armando Habeger, desaparecido em 31 de julho, no Rio de Janeiro. **1982-Governo Figueiredo:** Tobias Granja, fuzilado em Maceió (data não apurada). Alexandre von Baumgarten, fuzilado em outubro, no Rio de Janeiro. **1984-Governo Figueiredo:** Mário Eugênio Rafael de Oliveira, fuzilado no dia 11 de novembro, em Brasília. Paulo Brandão Cavalcanti, fuzilado no dia 13 de dezembro em João Pessoa [...] (JORGE, 1989, p.168).

Sabe-se que os meios de comunicação são grandes difusores de ideologias. Washington de Oliveira, publicitário brasileiro, entende que nosso país não possui brechas para a instauração de um sistema ideológico que tenha como fins, a formação crítica dos indivíduos,

o Brasil é um país de terceiro mundo com exigência publicitária de primeiro. Muitas vezes nossa publicidade chega a ser melhor que o próprio Brasil (...) O fascínio pela novela veio da idéia de que o Brasil não foi descoberto, foi escrito. É como se fosse uma mistura de Garcia Marques e Kafka – parece um país ficcionário às vezes (OLIVEIRA *apud* PIZZOTTI, 2005 , p.4).

Quando se segue o sistema ideológico imposto aceita-se e ajuda-se a causar prejuízos a toda uma população necessitada para privilegiar interesses particulares de alguns grupos das classes detentoras de poder. Em seu artigo, Pizzotti, faz uma análise que mostra sua visão sobre a ideologia de dominação da política,

Após 25 anos de ditadura militar, e mais 17 anos de governo civil incompetente, corrupto, ladrão e totalmente insensível com a população miserável de nosso país, heróis anônimos, bons



brasileiros, que ainda acreditam nos valores mais sagrados do ser humano, após esses 42 anos de alienação forçada do povo, me entristeço, pois 42 anos foi todo o sacrifício de minha geração (PIZZOTTI, 2005, p.4).

Conforme esclarece Jenyberto Pizzotti, o sistema ideológico da política é utilizado de forma a beneficiar apenas os que participam diretamente e acabam, dessa maneira, sendo os detentores do poder, mas, infelizmente, esta não é característica exclusiva de um único regime como, por exemplo, o ditatorial, e sim de todo sistema ideológico usado pela política.

Houve, na história do Brasil, algumas tentativas de quebra desse ciclo, no entanto, poucas. O período ditatorial foi a época mais repressora de toda a história brasileira, porém foi também neste período que se teve grandes demonstrações de participações políticas. Estas podem ser representadas pelas letras de músicas feitas nesse período como, “Apesar de Você” e “Cale-se”, autorias do músico Chico Buarque, entre outras, pela morte dos jornalistas que tentaram ir contra o sistema imposto.

Fernando Jorge mostra que este é o caso do jornalista Vlado Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, que no dia 24 de outubro de 1975 apresentou-se ao Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) para prestar esclarecimentos sobre a sua ligação com o partido PCB, e foi torturado e morto nas dependências do DOI-Codi.

Segundo ele, casos como o de Vlado Herzog foram comuns naquela época e serviram para mobilizar a população e fazê-la ir contra o regime e a ideologia dominantes.

## **5. Personalizando ditadura e ideologia: o caso Vladimir Herzog**

Vladimir Herzog, judeu, nascido em Osijek – atual capital da Eslovênia -, em 27 de junho de 1937, filho de Zora Herzog e Zigmund Herzog, foi naturalizado brasileiro e, provavelmente, o jornalista responsável pelo fim da era ditatorial no Brasil. Vlado, como era chamado, chegou ao País em 1946. Fugido da Segunda Guerra, com seus pais, se instalaram em São Paulo onde recomeçaram suas vidas.

Em 1963, Vlado ocupou a função de coordenador de produção do telejornal Show de Notícias da emissora Excelsior. Um ano depois casou-se com Clarice Ribeiro Chaves, repórter do Estadão e, após um ano de casados, veio o golpe militar.



“Insatisfeito com a situação do país [...] Vlado foi para o Chile, pensando em viver lá. Viajou com João Baptista Lemos, com quem havia trabalhado na Excelsior. Numa Santiago cheia de exilados, percebeu que seria um erro tentar a vida ali” (MARKUN, 2005, p.32).

Logo depois, em 1965, Vladimir e Clarice foram para Londres, ela foi trabalhar na BBC e ele estudar com uma bolsa de estudos oferecida pelo governo inglês. Em Londres, tiveram teve seus dois filhos: André e Ivo. No entanto a vida na Europa não os agradou por muito tempo, conforme disse Vlado através de cartas escritas aos seus amigos e reunidas no livro Dossiê Herzog, de Fernando Jordão:

Estou novamente com a mosca azul da volta ao Brasil. É que com o frio e a falta de dinheiro, desperta a consciência da vida medíocre que tenho levado. O que se soma a cartas de vocês contando coisas que fazem, o que aumenta minha impaciência. Francamente, não estou muito entusiasmado com a idéia de voltar (a gente já começa a gostar desta terra decadente e as notícias que nos vem do Brasil são as mais desencorajadoras possíveis...), mas resolvi tentar fazer ainda algo de construtivo na vida antes de entregar de vez os pontos (HERZOG *apud* MARKUN, 2005, p.34).

Não eram poucos os motivos que levavam Herzog a ter certa resistência da volta ao Brasil, o cenário aqui se complicava cada vez mais,

inicialmente toleradas pela polícia, as passeatas foram se radicalizando. A repressão por sua vez, tornava-se mais e mais violenta. Trocamos pedras por rojões, enquanto que a polícia substituiu os tiros de festim por balas de verdade... Era o AI 5 decretado na noite de sexta-feira, 13 de dezembro de 1968 (MARKUN, 2005, p.36).

Mesmo assim, Vlado voltou ao Brasil e começou a trabalhar na revista Visão escrevendo algumas matérias. Logo assumiu a editoria da revista e, em uma das primeiras edições que produziu, lançou uma matéria de capa falando sobre a crise cultural do Brasil e apontando a censura e o AI-5 como as principais causas:

o quadro atual, ao contrário, oferecia uma perspectiva sombria: a quantidade suplantando a qualidade, o desaparecimento da temática polêmica e da controvérsia na cultura, a evasão dos nossos melhores cérebros, o êxodo dos artistas, o expurgo nas universidades, a queda de venda nos jornais, livros e revistas, a mediocrização da televisão, a emergência dos falsos valores estéticos, a hegemonia de uma cultura de massa buscando apenas o consumo fácil (HERZOG, VENTURA *apud* MARKUN, 2005, p. 39).



Nesse período, Vladimir Herzog já era considerado comunista e fazia parte da lista do Dops que reunia os suspeitos de serem contrários ao Movimento Revolucionário. Mesmo assim, ele foi convidado a trabalhar na TV Cultura, o canal do governo, e segundo Paulo Markun, sua passagem pela TV pública foi muito significativa:

Até Vlado assumir, o *Hora da Notícia*, sempre abria com alguma ação do governo e suas estatais. Quando abordava questões ligadas à vida das pessoas, eram temas em que a responsabilidade governamental era difusa, como a poluição da represa Billings. E geralmente as iniciativas oficiais eram apresentadas pelo ângulo mais positivo. O noticiário internacional se resumia a notas curtas. Apenas um assunto ganhava destaque maior. Mas se algum ministro ia para o exterior, a equipe da Cultura seguia atrás.

Sob o comando de Vlado, o jornal passou a abrir com manchetes sobre assuntos de utilidade pública – desidratação infantil, novas tarifas do transporte público, o Dia do Professor. Quando a notícia envolvia decisões oficiais, o enfoque era para as suas conseqüências na vida das pessoas. As notícias internacionais ganharam outro fôlego e passaram a ter, em média, duas laudas, algumas chegavam a quatro ou cinco laudas (MARKUN, 2005, p.85).

Devido ao delicado momento político que o Brasil vivia, a brusca mudança do estilo da televisão pública gerou grandes problemas. Vladimir passou a ser visto com um comunista pela equipe governamental.

Num país como o nosso, que está em pleno desenvolvimento, num país como o nosso, que se constitui num verdadeiro oásis no mundo de hoje, são esses elementos pagos pelo governo numa emissora de televisão do governo de São Paulo, que pregaram a desagregação do nosso povo, da nossa cidade, omitindo-se de comunicar ao povo paulista as realizações do nosso governo (HELOU *apud* MARKUN, 2005, p.97)

Herzog continuou mantendo a mesma postura diante seu trabalho o que resultou na sua prisão. Ele chegou a ser avisado por colegas de trabalho, como Paulo Markun, que estava na lista das pessoas comunistas do DOI-Codi. No entanto achou que podia ser uma emboscada e afirmava, também, que não tinha nada a esconder de ninguém, “ele disse que tinha muito trabalho na TV Cultura. E que, além do mais, não tinha culpa no cartório; não era subversivo nem nada; não era criminoso. Se fossem procurá-lo para fazer perguntas, poderia responder a todas de cara limpa” (MARKUN, 2005, p.110).

Com essa atitude, Vlado se tornou uma “presa” fácil, “quase no fim do programa, desceu para ir à lanchonete. No fim da escada, os dois agentes já estavam à



espera dele” (MARKUN, 2005, p.112). Como ele era o responsável pelo programa que estava no ar, ficou acordado que ele deveria se apresentar no Doi-Codi no dia seguinte, 25 de outubro, às oito horas da manhã.

Naquela época ele era uma espécie de secretário do telejornal. Era de chegar trabalhando: pegava a pauta, lia imediatamente com uma atitude muito sua, a de coçar alguns cabelos do alto da cabeça, de pé, e o papel na outra mão. Sua função era editar e botar no ar o telejornal que nós fazíamos, com uma equipe de mais ou menos vinte pessoas. (...) Na véspera de morrer – apesar de ser agora, nessa sua segunda entrada na TV-Cultura, diretor do telejornal – Vlado desempenhou as mesmas funções. Foi a última Hora da Notícia que ele colocou no ar, sexta-feira (ALMEIDA FILHO, 1978, p. 15).

Vlado foi ao interrogatório e, de lá, nunca mais saiu. Em 26 de outubro de 1975 o II Exército, em nota oficial, comunicou que Herzog havia se enforcado nas dependências do DOI-Codi. Entretanto, a versão apresentada na nota oficial não condiz com testemunhos de outros jornalistas, entre eles Rodolfo Konder, Frederico Pessoa da Silva e Anthony Jorge Andrade de Christo, que também estavam no DOI-Codi no dia em que o jornalista chegou e que foi morto. Segundo eles, Herzog teria sido torturado e, depois, brutalmente assassinado. Em depoimento juramentado, no dia 7 de novembro, Rodolfo Konder disse que ouviu os gritos de Herzog sendo torturado:

[...] ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a ‘pimentinha` e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio e os gritos de Vladimir confundiam-se com o som do rádio. [...] A partir de um determinado momento, o som da voz de Vladimir se modificou, como se tivessem introduzido alguma coisa em sua boca; sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaca. Mais tarde, os ruídos cessaram [...] (KONDER *apud* JORGE, 1989, p.135)

Jorge (1989, p.135) conta em sua obra que Rodolfo Konder apresentou no seu depoimento detalhes marcantes. Contou que, na manhã seguinte, voltou ao DOI-Codi, e comunicaram-lhe que o colega, Vlado Herzog, havia se suicidado na noite anterior.

No atestado de óbito de Vlado, o Instituto Médico-legal informava que a causa da morte era “asfixia mecânica por enforcamento”, porém essa versão não era considerada verdadeira “a versão do suicídio simplesmente não pegou. Primeiro, pelo fato de Vlado ter-se apresentado voluntariamente. Depois, porque a incipiente liberdade de imprensa facilitou a reação de jornalistas, da Igreja e dos estudantes” (MARKUN, 2005, p.126).



A esposa de Vlado, Clarice, pediu nova autópsia, não conseguiu três médicos para realizá-la. O corpo foi enterrado rapidamente, enquanto isso, jornalistas colegas de Vlado, não acreditavam na versão apresentada pelo II Exército e começavam a preocupar-se com segurança, com futuro.

o sindicato dos jornalistas tornou-se o pólo de atração para onde acorreram os jornalistas. O medo era grande, mas havia também a disposição de resistir. Com Audálio Dantas no comando, foi elaborada uma nota cautelosa, mas que rejeitava a versão oficial.[...] A morte de Vlado não era definida como suicídio nem como assassinato, apenas classificada de desfecho trágico.[...] Na tarde daquela segunda-feira, Audálio e outros diretores foram ao II Exército [...], os militares entregaram laudos do IML. O necroscópico era assinado pelos legistas Arildo T. Viana e Harry Shibata, o mesmo que atestara o perfeito estado de saúde de Marco Antônio Tavares Coelho, horas após ter sido violentamente torturado. Foram distribuídas fotos do corpo do Vlado pendendo, pendurado por um cinto, da grade de ferro instalada diante de tijolos de vidro (MARKUN, 2005, p. 127-129).

Conforme afirma Markun, a morte de Vladimir Herzog se tornou um alvoroço, na USP os estudante decretaram greve geral, e centenas de jornalistas escreveram um apelo a Dom Paulo para um ato em memória de sétimo dia de Vlado, na Catedral. O cardeal sugeriu um culto inter-religioso

O culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog havia sido decidido, seria na Praça da Sé, eram esperadas mais de 20 mil pessoas que agiriam com maturidade e serenidade. A polícia de Trânsito chegou a montar pontos estratégicos para tentar impedir que a multidão chegasse à Catedral, mesmo assim, oito mil pessoas conseguiram comparecer. Foi o primeiro movimento do período ditatorial que não foi reprimido com violência policial e que ajudou no fortalecimento da classe jornalística.

na Catedral da Sé, os primeiros participantes começaram a chegar às 15 horas, e até às 18, quando terminou o ato religioso, oito mil pessoas tinham conseguido furar o bloqueio montado pela polícia de trânsito.[...] Depois da maturidade do ato ecumênico por Vlado, os jornais passaram a refletir em suas páginas a alegria da classe política. Nem a proibição da censura Às televisões sobre o noticiário da missa, nem a rigidez da censura prévia com os semanários – não deixando nem mesmo o nome de Vladimir Herzog -, chegariam a perturbar o novo cenário das ações. Em pauta, entraram diversos assuntos políticos (ALMEIDA FILHO, 1978, p.49).

A morte de Vladimir Herzog começou a ser desvendada no dia 2 de novembro, quando um grupo de jornalistas, dirigidos por Hamilton Almeida Filho, publicaram um



jornal, que depois virou livro, sobre a reação de jornalistas e da sociedade a respeito da morte de Vlado. Ao mesmo tempo Marco Antônio Tavares Coelho, denunciou Harry Shibata por violação da ética médica, o que causou a cassação do seu registro profissional.

Outra batalha jurídica importante começou em abril de 1976, quando Clarice e seus filhos entraram com uma ação declaratória contra a União pela prisão arbitrária, torturas e morte de Vlado. [...] Dois anos depois, em maio de 1978, durante mais de seis horas, o juiz João Gomes Martins Filho, da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, ouviu várias testemunhas (MARKUN, 2005, p. 156).

Na obra *Meu Querido Vlado*, de Paulo Markun, consta que o médico legista Harry Shibata confessou ter assinado o laudo da necropsia sem ver o corpo da vítima. No ano de 1978, a Justiça responsabilizou a União por prisão ilegal, tortura e morte do jornalista, um dos fatores que favoreceu o fim da ditadura militar no Brasil.

## **5. O caso Herzog e a mudança do sistema ideológico ditatorial**

Segundo Marilena Chauí (1999) o silêncio é uma das formas de atuação do sistema ideológico, foi por isso que a classe dominante do período ditatorial e a classe jornalista entraram em conflito constante. Só após a morte de Vladimir Herzog que o silêncio foi quebrado e o sistema político vigente pode ser exposto à sociedade, sua morte trouxe mudanças significativas no sistema político vigente. Basta vermos que das inúmeras mortes ocorridas durante a ditadura, o caso de Herzog se destaca, poucas pessoas sabem que, assim como ele, o tenente José Ferreira e o metalúrgico Manoel Fiel Filho morreram na cela número 1 do Doi-Codi.

Uma inquietação é a de responder por que três mortes semelhantes ocorridas na mesma época repercutiram de maneira diferente na sociedade: do tenente José Ferreira de Almeida, do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manuel Fiel Filho. Tais assassinatos, na sua versão oficial, ocorreram no mesmo local: DOI-CODI de São Paulo, cela número 1. Também apresentaram a mesma versão: suicídio, seguido da mesma tipificação da foto por enforcamento...

No entanto, só quando Vlado morreu que 8 mil pessoas se reuniram em um culto ecumênico. Foi a maior manifestação pacífica que ocorreu durante o período ditatorial no Brasil. Após a morte de Herzog a luta pelos Direitos Humanos tomou mais representatividade e o governo, que por um lado continuava com o autoritarismo, mas



por outro, diminuía as torturas para evitar mais manifestos e mais escândalos, acabou perdendo o controle da situação. É nesse aspecto que Mário Sérgio de Moraes aponta a perda de equilíbrio e o rumo à democracia do governo.

Um dos marcos da retomada democrática contra o autoritarismo foi a reação pública contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 25 outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI, órgão vinculado ao comando do II Exército. O crime repercutiu negativamente para o governo Geisel e gerou protestos de quase todas as organizações da sociedade civil (OAB, CNBB, ABI, MDB, diversos sindicatos, mães e familiares de mortos e desaparecidos, estudantes etc.), cujo ápice foi a celebração do culto ecumênico, liderado pelo cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns. No centro da cidade de São Paulo, reuniram-se cerca de oito mil pessoas protestando pacificamente contra o regime militar. Essa foi a primeira manifestação de massa contra a ditadura desde os movimentos estudantis de 1968 (MORAES, 2006, p. 15)

Vlado era um jornalista visado por fazer jornalismo sério durante a ditadura. Pode-se dizer, também, que a classe a que ele pertencia era mais controlada que, talvez, qualquer outra classe, pois tinha em mãos o maior meio difusor de ideologias. Durante um período ditatorial, os meios de comunicação são usados para despolitizar as pessoas e mantê-las cada vez mais alienadas, mas no jornalismo de Herzog isso não ocorria e, por isso, ele foi tão significativa na história jornalística e no abalo às estruturas da ditadura. É por essa característica que, apenas na morte dele inúmeras pessoas se mobilizaram.

Através das notícias que ele elaborava, a classe baixa, a que mais sofria as conseqüências na época, conseguia ver melhor o que estava acontecendo. A Igreja desde o começo se posicionou contra o sistema ditatorial e a classe a que ele pertencia, a intelectual, estava lutando pelos Direitos Humanos. Indiretamente ou não, Vlado, conseguiu atingir as classes mais populosas o que justifica a presença de oito mil pessoas em seu culto ecumênico e, em seguida, o declínio do sistema vigente.

### **Considerações Finais**

É fato que em todo e qualquer sistema político há uma ideologia de dominação, no entanto, esta é sempre utilizada em prol de pequenos grupos que possuem poder, prejudicando, dessa forma, o bem comum. A ideologia possui tal caráter que seu significado não responde mais ao mesmo de antigamente, se antes significava apenas



um conjunto de idéias, hoje, a nosso ver, já expressa o conjunto de idéias que omite a realidade.

Pode-se dizer que essa alteração de significado é fruto da maneira pela qual os políticos a utilizaram, o que pode ser comprovado pelas análises dos períodos governamentais. A época na qual mais evidencia-se a propagação ideológica pelos meios comunicacionais, para que ocorra a imposição ideológica de quem está no poder, é a ditadura. Foi neste período que houve censura, tortura e repressão de forma explícita para quem discordasse de quem estava no comando.

Por outro lado, ironicamente ou não, o período mais repressor foi talvez o que mais mostrou a vontade pública de romper a ideologia vigente. Percebe-se, pois, que, quando há dominação explícita por parte dos detentores do poder, há, também, intensa resistência dos possíveis manipulados.

É possível afirmar, ainda, que nos livramos da ditadura, mas não do autoritarismo. Os rastros desta política estão nos documentos sobre a repressão, que se encontram ainda em sigilo de Estado, e nas desigualdades sociais, que são cada vez mais alimentadas pelos políticos, o que aumenta a exclusão social, transforma a grande massa em alienados e, conseqüentemente, torna fácil o domínio dos detentores do poder.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Hamilton. **A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog**. São Paulo: Alfa - Omega, 1978.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DEPARTAMENTO oficial de propaganda. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento\\_Oficial\\_de\\_Propaganda](http://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento_Oficial_de_Propaganda) Acesso em: 29 out. 2007.

FERRIGOLO, Noemi. **Liberdade de expressão - direito na sociedade da informação: mídia, globalização e regulação**. São Paulo: Pílares, 2005.

GOLPE Militar de 1964. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe\\_militar\\_de\\_1964](http://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_militar_de_1964). Acesso em: 29 out. 2007.



JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!** 2 ed. São Paulo: Vozes, 1989.

MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado.** Rio de Janeiro:Objetiva, 2005.

MORAES, Mário Sérgio de. **O ocaso da ditadura:** caso Herzog. São Paulo: Barcarolla, 2006.

MOURA, José Carlos Pires de *et al.* **História do Brasil.** Coleção Anglo. – São Paulo: Anglo, 1190-1991.

NAVARRO, Fernando. **Alô escola.** Disponível em:  
<http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/estadonovo.htm> Acesso em: 29 out. 2007.

PIZZOTI, Jenyberto. **Admirável gado novo.** 2005. Disponível em:  
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/12/341593.shtml>. Acesso em: 29 out. 2007.